

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	25
1. Introdução: O que são remédios constitucionais?	25
2. Aspectos introdutórios acerca dos <i>writs</i>	29
2.1. Noções de direito líquido e certo	29
2.2. Prioridade na tramitação	30
2.3. Noções de tutela coletiva	31
2.4. Noções de tutela provisória	33

CAPÍTULO II

HABEAS CORPUS	35
1. Introdução crítica	35
2. <i>Habeas corpus</i> ou <i>habeas-corpus</i> ?	36
3. Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	37
3.1. Da corrente sustentada por Ruy Barbosa	37
3.2. Da corrente sustentada pelo Ministro Pedro Lessa	38
3.3. O fim da Doutrina Brasileira do <i>habeas corpus</i> : uma premissa a ser considerada pela atual jurisprudência brasileira	39
4. Conceito e natureza jurídica	40
5. Objeto	41
5.1. Liberdade de locomoção em sentido estrito: a cognição minimalista como regra	41

5.2.	Liberdade de locomoção em sentido amplo: a cognição maximalista como exceção.....	45
5.3.	<i>Habeas corpus</i> e punições militares	49
5.4.	<i>Habeas corpus</i> e decisões transitadas em julgado	50
5.5.	Cabe <i>habeas corpus</i> contra decisão proferida em um processo cível?.....	51
6.	<i>Habeas corpus</i> substitutivo	53
6.1.	<i>Habeas corpus</i> concomitante	55
7.	Partes	56
7.1.	Impetrante e paciente	56
7.1.1.	É possível ser impetrado <i>habeas corpus</i> em favor de pessoa jurídica?	59
7.1.2.	<i>Habeas corpus</i> coletivo: evolução geracional	66
7.2.	Autoridade coatora.....	72
8.	Intervenção de terceiros.....	73
9.	Competência	73
9.1.	Originária.....	74
9.2.	Recursal.....	80
10.	Procedimento.....	83
10.1.	Da controvérsia sobre a suspensão da liminar em <i>habeas corpus</i>	86

CAPÍTULO III

MANDADO DE SEGURANÇA	91
1. Noções gerais	91
2. Aspectos históricos.....	92
3. Conceito e natureza jurídica	92
4. Objeto	94
4.1. O que se entende por direito líquido e certo?	94
4.2. O direito líquido e certo só pode ser demonstrado por prova documental?	96
4.3. O direito líquido e certo é condição da ação ou matéria de mérito?	97

5. Proibições infraconstitucionais ao cabimento do mandado de segurança.....	98
5.1. Atos de gestão comercial	100
5.2. Ato contra o qual caiba recurso administrativo dotado de efeito suspensivo, independentemente de caução	101
5.3. Decisão judicial contra a qual caiba recurso dotado de efeito suspensivo.....	102
5.4. Decisão judicial transitada em julgado	106
5.5. Lei em tese	108
5.6. Atos disciplinares	111
6. Liminar	111
7. Suspensão da segurança.....	113
8. Prazo	116
8.1. Prazo decadencial nos mandados de segurança preventivos	118
8.2. Prazo decadencial nos mandados de segurança contra omissões.....	118
8.3. Mandado de segurança contra atos de trato sucessivo	118
8.4. Mandado de segurança contra norma editálicia	119
8.5. Mandado de segurança contra a aplicação de sanção disciplinar	119
9. Partes	120
9.1. Teoria da Encampação.....	123
10. Competência	124
10.1. Originárias.....	125
10.2. Recursais.....	127
10.2.1. A técnica de ampliação do colegiado no julgamento das apelações interpostas em Mandado de Segurança	129
11. A desistência imprescritível no mandado de segurança	133
12. Procedimento.....	134

CAPÍTULO IV

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	137
1. Legitimidade ativa	137
1.1. Partidos políticos: pertinência temática?	137
1.2. Organização sindical, entidade de classe e associação: o fenômeno da substituição processual.....	138
1.3. Ministério Público	140
2. Objeto	141
3. Liminar	141
4. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada	142

CAPÍTULO V

MANDADO DE INJUNÇÃO	147
1. Conceito e natureza jurídica	147
2. Normas de Eficácia Limitada e a Inconstitucionalidade por omissão.....	149
3. Objeto	153
4. Partes	157
5. Efeitos da decisão	158
6. Competência	164
6.1. Originárias.....	164
6.2. Recursais	166
7. Procedimento.....	167

CAPÍTULO VI

HABEAS DATA	169
1. Aspectos Introdutórios	169
2. Conceito e Natureza Jurídica	170
3. Objeto	171
4. O prévio ingresso na via administrativa.....	174
5. Partes	176

6. Competência	177
6.1. Originária.....	177
6.2. Recursal.....	178
7. Procedimento.....	178

CAPÍTULO VII

AÇÃO POPULAR	181
1. Introdução e aspectos históricos.....	181
2. Conceito	182
3. Legitimidade ativa	183
4. Legitimidade passiva e a legitimação bifronte.....	186
5. Objeto	187
5.1. Tutelas preventiva e repressiva x tutelas condenatória, constitutiva, mandamental e executiva <i>lato sensu</i>	187
5.2. Ação popular e ação civil pública	189
6. Competência	190
7. “Isenção” de custas	193
8. Procedimento.....	193
9. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada	194
10. Ação popular e controle de constitucionalidade	194

APÊNDICE

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.....	197
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	203
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965.....	207
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.....	213

BIBLIOGRAFIA	217
---------------------------	-----